

ENFIM, O QUE AS MULHERES QUEREM?

ORGANIZAÇÃO
Maria do Socorro da Silva

IFRN
Editora



ENFIM, O QUE AS MULHERES QUEREM?

ORGANIZAÇÃO

Maria do Socorro da Silva



Natal, 2016.

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Reitor
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Marcio Adriano de Azevedo

Coordenador da Editora do IFRN
Darlyne Fontes Virginio

Conselho Editorial
André Luiz Calado de Araújo
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Maria da Conceição de Almeida
Samir Cristino de Souza
Valdenildo Pedro da Silva

Projeto gráfico, capa e diagramação
Charles Bamam Medeiros de Souza
Jorge Henrique de Medeiros Santos

Ilustrações
Jorge Henrique de Medeiros Santos

Revisão linguística
Maria Clara Lemos

Todos os direitos reservados

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo da publicação na fonte Seção de Processamento Técnico da
Biblioteca do IFRN – Campus Avançado Lajes
Bibliotecária: Bruna Lais Campos do Nascimento CRB15/554

E56

Enfim, o que as mulheres querem? / organização de Maria
do Socorro da Silva. – Natal: Editora do IFRN, 2016.
79 p. : il.

ISBN: 978-85-8333-120-9

1. Feminismo. 2. Gênero - Mulher. 3. Políticas públicas. I.
Silva, Maria do Socorro da. II. Título.

CDU 305-055.2

CONTATOS

Editora do IFRN
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300
Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763
Email: editora@ifrn.edu.br

Edição eletrônica: E-books IFRN
Prefixo editorial: 8333
Disponível para download em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>

Divisão de Serviços Técnicos.

Catálogo da publicação na fonte.

IFRN / Biblioteca Prof.ª Myriam Coeli- IFRN

ORGANIZADORA

Maria do Socorro da Silva

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DA CARTILHA

Ideize de Barros Medeiros

Maria do Socorro da Silva

Maria do Socorro Santos Ribeiro

Tárcimária Rocha da Silva Gomes da Silva

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Admskelly Rolím de Oliveira

Bianca Tavares Rangel

Dannyella Pezzi Araújo

Deise Tavares Areias

Fernando Henrique Vieira de Almeida

Ideize Barro de Medeiros

Grabriela Trajano Tinoco

Ivan José Tavares da Costa

Irenice Telma Vasques Teixeira

Isabela Ludimila Oliveira Bezerra

José Flavio Tinoco de Oliveira

Tarcimara Rocha Lula Gomes da Silva

Maria do Socorro Santos Ribeiro

Maria do Socorro da Silva

Mária Zélia do Nascimento Silva

Maria Vitória Cunha

Vanda Maria dos Santos

Rosilene Barbosa da Silva Miguel

Pamela Ariane da Silva



A PRESENTAÇÃO

Conquistar e ampliar direitos, defender igualdade e respeito, lutar por cidadania e dignidade. Assim tem sido a luta das mulheres ao longo da nossa história. Grandes avanços nos campos político, social, econômico e cultural foram alcançados nesta caminhada - da luta pelo direito ao voto feminino e ao trabalho até a livre escolha das mulheres por seus direitos sexuais e reprodutivos.

Muitos dos avanços citados acima ainda encontram resistência e rejeição por parte da sociedade, demarcando a trajetória e a história de luta que mulheres organizadas nas mais diversas formas (em associações comunitárias, sindicatos, movimentos feministas, partidos políticos e movimentos sociais) teimam em escrever e defender como protagonistas desta luta pela igualdade de gênero.

Afinal, o que querem as mulheres? Responder esta pergunta faz parte de nossa tarefa ao escrever esta obra, na qual pretendemos fornecer informações, compartilhar conhecimentos sobre a luta e conquistas das mulheres na sociedade, além de revelar ou desmistificar estereótipos e preconceitos que se apresentam em nosso dia a dia, através da desigualdade de





gênero nas relações interpessoais em casa, na escola, no trabalho e na sociedade.

Outro objetivo importante desta publicação é auxiliar na busca por orientação especializada, mais precisamente orientando sobre as instituições e links nos quais se pode buscar seus direitos, encontrar proteção em casos de violência doméstica e apoio para inclusão social e econômica e cultural da mulher em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, as mulheres somaram, em 2011, cerca de 53,7% da população. No RN, totalizam 51,11%, segundo o IBGE. Por representarem mais da metade da população, as mulheres precisam de um tratamento especial - cuidados e ações específicas, por meio de políticas públicas efetivas e inclusivas, que assegurem e ampliem os direitos na área de saúde, trabalho, educação e segurança etc.

Esta cartilha foi elaborada pensando em você MULHER estudante, trabalhadora, dona de casa, autônoma, que necessita de informações sobre seus direitos e quer conhecer mais sobre a luta e as conquistas das mulheres nesta longa caminhada por valorização, reconhecimento, respeito e cidadania em nossa sociedade. Afinal, respondendo à pergunta feita no início desta apresentação, as mulheres querem é cidadania, igualdade, liberdade, respeito e dignidade!

Desejamos uma ótima leitura e que possamos contribuir para seu empoderamento econômico, político, social e cultural.

*Sempre que penso nas mulheres,
me vem a imagem de um rio enorme e
caudaloso que temos que atravessar.*

*umas apenas molham os pés e desistem,
outras nadam até a metade e voltam,
temendo que lhe falem as forças.*

*Mas há aquelas que resolvem alcançar
a outra margem custe o que custar.*

*Da travessia, vão largando pedaços
de carne, pedaços delas mesmas.*

*E pode parecer aos outros que do lado de lá
vai chegar um trapo humano, uma mulher estilhaçada.*

Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha.

Na outra margem chega uma nova mulher.

ZULEICA ALAMBERT
(Escritora e política brasileira)



SUMÁRIO

COMEÇANDO NOSSA CONVERSA PELO FEMINISMO _____ 9

O QUE É GÊNERO _____ 31

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS _____ 37

ONDE BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE MEUS DIRETOS ____ 43

REFERÊNCIAS _____ 77







COMEÇANDO NOSSA CONVERSA PELO FEMINISMO

Nossa intenção nesta obra é sensibilizar e incentivar você, mulher, a falar dos assuntos que dizem respeito às nossas relações cotidianas, seja na comunidade em que vivem, nas escolas e instituições que frequentam e nas ruas.

Na maioria das vezes não percebemos que tais assuntos são importantes na construção das relações de igualdade entre os gêneros: do ser homem e do ser mulher, da noção e real percepção do lugar que cada um tem no mundo; um lugar no qual as mulheres devem estar lado a lado com os homens e não mais em condições de subordinação, o que foi constatado ao longo da história. Estarem lado a lado, mulheres e homens, sempre foi e será sempre um dos principais objetivos do feminismo, pois a igualdade entre os gêneros é uma luta diária e ainda um projeto a ser consolidado. Assim, para início de conversa, vamos falar sobre o feminismo, um marco inicial na história do despertar das mulheres para contestar as desigualdades entre os gêneros.



UMA COISA É CERTA: QUANDO FALAMOS DE FEMINISMO LEMBRAMOS



- Das mulheres e suas lutas
- Da condição de subordinação feminina e os questionamentos para mudar esta condição;
- Da persistente busca pela equidade de gênero;
- Do empenho nas conquistas pelos espaços públicos e de poder;
- De um movimento que é político.



M^{re} DAS GRAÇAS FOSTER



HILLARY CLINTON

O debate sobre Feminismo, contribuiu para promover a reflexão e apresentar as contradições existentes na atuação das mulheres nos diversos espaços, seja no espaço privado e doméstico. Enquanto os homens eram educados para ocupar, viver e respirar nos espaços públicos - o espaço das ruas, das praças, das instituições. Somente com muita luta e persistência as mulheres começaram a sair de casa e ir para as ruas. Hoje, ocupam cargos e assumem trabalhos que antes eram apenas reservados aos homens; tornaram-se vereadoras, ministras, deputadas, presidenta da República; administram empresas e as pesquisas mostram que, atualmente, estão estudando mais que os homens.



DILMA ROUSSEFF



LUIZA HELENA



MARINA SILVA



CRISTINA KIRCHNER



MAYANA ZATZ

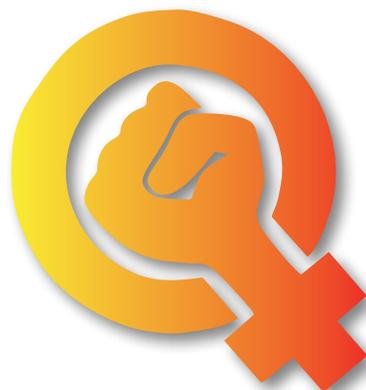
COMO FOI POSSÍVEL MUDAR ESSA REALIDADE?

Até as mulheres conquistarem os espaços na sociedade, poderem estudar, ter uma profissão e ser reconhecidas como capazes e sujeitos de direitos, muitos anos de luta e história se passaram. Muitas delas se rebelaram e nunca aceitaram a condição de subordinação que lhes foi imposta pela sociedade.

Lutaram pela liberdade, pagando, algumas, com a própria vida. Essa reação deu origem ao feminismo.

AFINAL, O QUE É MESMO FEMINISMO?

Na definição, **FEMINISMO** é, em primeiro lugar, um **MOVIMENTO DE CARÁTER POLÍTICO**, pois seu objetivo é conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os espaços da sociedade. Isto é, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens, reconhecendo as diferenças sim.



Além disso, é também um **MOVIMENTO INTELECTUAL E TEÓRICO**, isto é, que procura desconstruir as ideias introjetadas na coletividade, na mente das pessoas, como se fossem verdadeiras para justificar desigualdades, diferenças e discriminações entre os gêneros. Essas ideias são baseadas no argumento de que as diferenças entre homens e mulheres seriam naturais, principalmente no que se refere aos direitos.



**ATENÇÃO MULHERES,
FIQUEM ESPERTAS!**

O movimento encarou o desafio de acabar com esse tipo de mentalidade e defende com garra a ideia de que **AS DIFERENÇAS ENTRE OS SEXOS NÃO DEVEM GERAR DESIGUALDADES.**



MAS AFINAL, O QUE É PRECISO SABER?

Que a diferenciação entre homens e mulheres está presente em praticamente todas as culturas humanas, para as quais o homem já nasceu superior à mulher. Esta superioridade daria, portanto, direito a eles de mandar e submeter as mulheres às suas conveniências, o que é um equívoco, um erro que trouxe para a humanidade muitos prejuízos, principalmente para as mulheres.



E COMO TUDO COMEÇOU?

Com já ficou dito, o feminismo é um movimento social de mulheres e foi reconhecido como tal na Convenção de Seneca Falls, realizada na cidade de Nova York, em 1948. Desde essa época, o movimento já tinha caráter político, reivindicatório, inspirado nas conquistas da Revolução Francesa, que tem como base o lema **“Igualdade, Liberdade e Fraternidade”**.



Essa e outras revoluções inspiraram as mulheres na luta pelos DIREITOS.

Elas acreditavam que os direitos sociais e políticos conquistados a partir das revoluções deveriam ser estendidos a elas enquanto cidadãs.

A partir dessa compreensão, as mulheres foram se organizando, traçando objetivos, metas e estratégias de como derrubar as barreiras das desigualdades entre os gêneros - ora pensando e agindo, ora estimulando as outras mulheres a acordarem, ora criando e propondo políticas públicas de prevenção e combate às desigualdades e violências. Elas nunca estiveram paradas nem perderam o foco e a crença de que é possível viver num mundo melhor, com igualdade e justiça social entre os sexos.

É PRECISO CONHECER MAIS UM POUCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Você sabia que o movimento teve três fases?

A **primeira** foi motivada pelas reivindicações por direitos democráticos, como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho, no fim do século XIX.

A **segunda**, no fim da década de 1960, foi marcada pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos).

Já a **terceira** começou a ser construído no fim dos anos 70, com a luta de caráter sindical e político.

É bom lembrar...

Embora tenha alcance internacional, o movimento feminista não é unificado, possuindo então diversas frentes de atuação. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres, resultando em grandes manifestações públicas.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional, inspirado na marcha de 200 quilômetros que 850 mulheres canadenses empreenderam da cidade de Québec a Montreal, em 1995. O lema da marcha era “Pão e Rosas” e teve como objetivo protestar contra a pobreza e a ampliação de direitos para as mulheres imigrantes. O efeito mais imediato foi o aumento do salário mínimo, num país com economia de preços estáveis. O outro efeito foi servir de referência para a o movimento feminista mundial.

A primeira Marcha Mundial das Mulheres foi realizada no ano 2000 e não foi apenas uma manifestação, mas sim uma mobilização que durou sete meses – do Dia Internacional da Mulher (8 de março) até 17 de outubro. A MMM se transformou numa campanha contínua pela erradicação da pobreza e da

Em Quebec, no Canadá, as mulheres marcharam pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”.



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional, inspirado na marcha de 200 quilômetros que 850 mulheres canadenses empreenderam da cidade de Québec a Montreal, em 1995. O lema da marcha era “Pão e Rosas” e teve como objetivo protestar contra a pobreza e a ampliação de direitos para as mulheres imigrantes. O efeito mais imediato foi o aumento do salário mínimo, num país com economia de preços estáveis. O outro efeito foi servir de referência para a o movimento feminista mundial.

A primeira Marcha Mundial das Mulheres foi realizada no ano 2000 e não foi apenas uma manifestação, mas sim uma mobilização que durou sete meses – do Dia Internacional da Mulher (8 de março) até 17 de outubro. A MMM se transformou numa campanha contínua pela erradicação da pobreza e da violência contra a mulher, dentre outros temas relacionados aos direitos humanos.



Foto em: <http://www.mineiropt.com.br/boletim.php?boletim=58>

O movimento conseguiu a adesão de 6000 grupos de 159 países, incluindo o Brasil. Durante esse período a plataforma internacional serviu de referência para a criação dos movimentos nacionais e regionais. Os eventos organizados para discutir as questões feministas (oficinas, apresentações culturais, protestos etc) serviram para recolher assinaturas de apoio às 17 reivindicações do movimento internacional. Os documentos foram entregues no encerramento da marcha à Organização das Nações Unidas.

O objetivo da Marcha foi marcar a posição das mulheres basicamente contra o capitalismo neoliberal e o machismo, além de organizar as mulheres urbanas e rurais para que elas passassem a ser sujeitos ativos na defesa de seus próprios interesses.

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, o movimento tomou forma entre o fim do século XVIII e início do XIX, quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço nas áreas da Educação e do Trabalho. Mulheres como **Nísia Floresta** (criadora da primeira escola para mulheres), **Bertha Lutz** e **Jerônima Mesquita** (ambas ativistas do voto feminino) são as expoentes do período. As brasileiras que se abraçaram esta luta política no seu tempo.



NÍSIA FLORESTA

JERÔNIMA MESQUITA

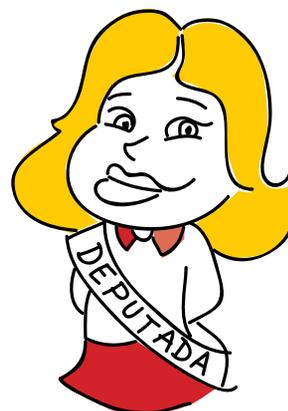
BERTHA LUTZ



No campo da Educação, verifica-se um aumento constante ao longo dos anos no número de mulheres com nível superior, inclusive com pós-graduação. Segundo dados do IBGE, o censo de 2010 apontou que, em 10 anos, o nível de instrução das mulheres continuou superior ao dos homens e com isso elas estão ganhando mais espaço no mercado de trabalho.

E como já mencionamos...

Significativa foi também a evolução da participação da mulher na política, com o aumento do número de ministras, secretárias de Estado e dirigentes e empresas estatais.





LUTAS E CONQUISTAS

Entre as principais lutas do movimento das mulheres, podemos destacar:

A luta contra a violência em seus diversos aspectos (doméstica, sexual, psicológica etc.);

A legalização do aborto;

A implantação de políticas públicas que favoreçam o acesso das mulheres a melhores condições de estudo, trabalho, moradia, participação política, entre outros.

A evolução dessa luta pode ser compreendida a partir de alguns marcos os quais julgamos relevantes resumir em ordem cronológica para que tenhamos uma maior noção sobre os passos que já foram dados e os que ainda precisamos dar para alcançarmos uma participação mais igualitária na nossa sociedade em termos de gênero.

Em 1907, eclode em São Paulo a greve das costureiras, ponto inicial para o movimento reivindicar uma jornada de trabalho de 8 horas.

O serviço público passa a admitir mulheres no quadro de funcionários. Dois anos depois, a **Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho** aprova a resolução de salário igual para trabalho igual.



DÉCADAS DE 1930 E 1940

Foram marcadas por avanços no campo político. As mulheres conquistam legalmente o direito ao voto com o Código Eleitoral de 1932. Um ano após a conquista do direito ao voto, em 1934, Carlota Pereira Queiróz torna-se a primeira deputada brasileira.

Naquele mesmo ano, a Assembleia Constituinte assegurou o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre os gêneros.



Foto em: <http://cnmcut.org.br/conteudo/o-voto-feminino-completa-80-anos>

Apesar da importância simbólica dessas conquistas, à época, foram determinadas restrições para o exercício do direito ao voto que só seria pleno a partir da Constituição de 1946.

Com a ditadura do Estado Novo, o movimento feminista perde força. Só no fim da década seguinte voltaria a ganhar intensidade, com a criação da Federação das Mulheres do Brasil e a consolidação da presença feminina nos movimentos políticos.

DÉCADA DE 1970



Em outro período ditatorial, a partir de 1964, e as ações do movimento arrefecem, só retornando na década de 70. Um dos fatos mais marcantes dessa década foi a criação, em 1975 (Ano Internacional da Mulher), do Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano, a ONU, com apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realiza uma semana de debates sobre a condição feminina.

Ainda nos anos 70 é aprovada a Lei do Divórcio, uma antiga reivindicação do movimento.

DÉCADA DE 1980

As feministas embarcam na luta contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais.

Em 1883 surgem os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina, em Minas Gerais e São Paulo, para traçar políticas públicas para mulheres.

Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinado ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Porém, em 2002, o CNDM foi absorvido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ainda ligada à pasta da Justiça. Neste mesmo ano é instalada a primeira delegacia de atendimento especializado à mulher.

Em 1986, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher passa a ser vinculada à Presidência da República, com status ministerial, rebatizada de Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Em 1988, outro marco significativo para o avanço das conquistas femininas: a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse documento expandiu os direitos individuais e sociais, consolidando a cidadania das mulheres, tanto no espaço público como no privado, garantindo os seus direitos nos âmbitos da saúde (inclusive a saúde sexual e reprodutiva), da segurança, educação, trabalho, renda e previdência social, e também promovendo o acesso aos direitos civis e políticos.



Foto em: <http://memoria.abc.com.br/agenciabrasil/galeria/2008-03-08/8-de-marco-de-2008>

DÉCADA DE 1990

Em 1993 os participantes da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, Áustria, aprovam a Declaração da Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Em 1996 o Congresso Nacional decidiu incluir o sistema de contas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais.



Foto em: <http://cromossomox.com.br/2012/05/o-medo-de-quebrar-barreiras-e-tabus-quando-o-assunto-e-politica/>

ANOS 2000

Em 2003 foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (atualmente Secretaria de Políticas para as Mulheres), que estabeleceu um novo olhar no que diz respeito à formulação, coordenação e articulação das políticas que visam promover a igualdade entre homens e mulheres.

Em 2004 é realizada, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, evento que contou com articulação de cerca de 120 mil mulheres em todo o país. Da conferência resultou o Plano Nacional, documento que passou a ser o norteador das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, bem como pelos governos estaduais e municipais.

Em 2006, como resultado da intensa ação das feministas, o Congresso Nacional aprova a Lei 11.340, chamada de Lei Maria da Penha em homenagem à mulher que a inspirou.



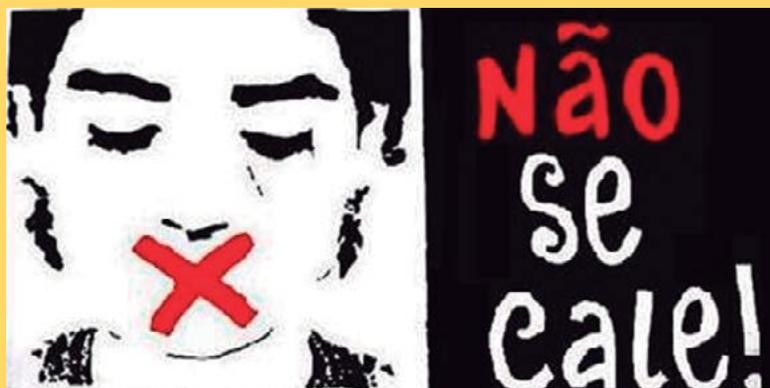
Foto em: <http://cromossomox.com.br/2011/08/5-anos-de-lei-maria-da-penha-faca-valer-os-seus-direitos/>

Maria da Penha Maia Fernandes havia sido vítima de violência doméstica durante seis anos de casamento. Depois de escapar de duas tentativas de assassinato pelo marido, ela tomou coragem e o denunciou. Depois de 19 anos de julgamento, o criminoso foi condenado a apenas dois anos de prisão em regime fechado.

A revolta com a Justiça levou Maria da Penha a lutar pela criação de uma lei que punisse com mais rigor as vítimas de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha procura garantir às mulheres:

- Uma vida livre de violência;
- A criação de uma rede de assistência em situação de violência doméstica e familiar ;
- Medidas protetivas de urgência a serem deferidas pelo poder judiciário, o que significa que, em caso de risco de morte, poderá ser abrigada se não houver meios pelos quais a família possa dar a proteção.



Em 2010 os brasileiros elegem, pela primeira vez, uma mulher para a Presidência da República – a mineira Dilma Vana Rousseff.



DATAS COMEMORATIVAS

24/02 - Direito ao voto das mulheres brasileiras.

08/03 - Dia Internacional da mulher.

30/03 - Dia Nacional da Mulher

28/05 - Dia Internacional de Ação para a Saúde da Mulher

21/06 - Dia Internacional da Educação Não Sexista

23/09 - Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

10/10 - Dia Nacional da Mulher Contra Violência

15/10 - Dia Internacional da Mulher Trabalhadora Rural

28/09 - Dia da Luta pela Discriminação do Aborto na América Latina e Caribe

25/11 - Dia Internacional de Combate à Violência da Mulher



CONVENÇÕES

1951

Convenção sobre a Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Masculina e a Mão de Obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor;

1979

Convenções sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW;

1994

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo;

1995

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Belém do Pará.

DESTAQUES FEMININOS



Princesa Isabel (1846-1921) – aboliu a escravidão no Brasil.



Chiquinha Gonzaga (1847-1935) – estreou como maestrina ao reger a opereta A Corte na Roça. É a primeira mulher no Brasil a estar à frente de uma orquestra percussora do chorinho. Chiquinha compôs mais de duas mil canções populares, entre elas a primeira marcha carnavalesca do país, o Abre Alas.



Rita Lobato Velho Lopes (1866-1954) – primeira mulher a graduar-se médica e exercer a profissão no Brasil, no ano de 1887.



Deolinda Daltra (sem registro do seu nascimento e morte) – fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910. Em plena República oligárquica, liderou uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres.



Maria Lenk (1915- 2007) - A nadadora Maria Lenk foi a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada, em 1932.



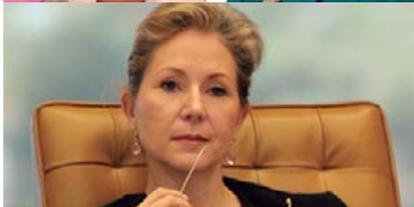
Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) – médica, escritora, pedagoga e política brasileira. Participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935 e foi a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal.



Eunice Michiles (1929) - primeira mulher a ocupar um cargo de Senadora por substituição no Brasil..



Júnia Marise Azeredo Coutinho (1945) e **Marluce Pinto** (1938) – as duas primeiras mulheres eleitas senadoras pelo voto direto no Brasil, em 1990.



Ellen Gracie (1948) – primeira mulher a chegar e presidir o Supremo Tribunal Federal, no período de 2006-2008.



Zélia Cardoso de Melo (1953)–foi a primeira ministra do Brasil, assumindo a pasta de finanças no Governo Collor de Mello no período de 1990 a 1992



Roseane Sarney (1953)- primeira mulher no Brasil a se eleger (1991) e reeleger (1994) governadora, no Estado do Maranhão, cargo que voltou a ocupar em 2010.



Dilma Rousseff (1947) - eleita a primeira presidenta do Brasil, em 2010.

ANINHA E SUAS PEDRAS

*Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens e na memória das gerações
que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas e não entres seu uso aos que têm sede.*

CORA CORALINA - OUTUBRO, 1981



MULHERES DE DESTAQUES NO RIO GRANDE DO NORTE

NÍSIA FLORESTA

Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, educadora, escritora e poetisa potiguar. Nascida em 1810 no município de Papari, que hoje leva o seu nome, Nísia é considerada uma pioneira do feminismo no Brasil. Foi uma das primeiras mulheres – senão a primeira – a escrever para jornais na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava.

Nísia também dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Morreu de pneumonia em 1885, na França. Em 1954 os despojos da escritora foram levados para sua cidade natal, mais precisamente para o sítio Floresta, onde nasceu.



ZILA MAMEDE

Zila da Costa Mamede nasceu em 1928, no município paraibano de Nova Palmeira. A família mudou-se para o Rio Grande do Norte quando ela tinha cinco anos de idade, estabelecendo-se em Currais Novos, no Seridó. Mas foi em Natal que Zila fez o curso secundário e, por volta dos 21 anos, enveredou pela literatura.

Bibliotecária formada no Rio de Janeiro e com especialização nos Estados Unidos, a escritora reestruturou a Biblioteca Central da UFRN e a Biblioteca Pública Câmara Cascudo. Em 1985, aos 57 anos, Zila Mamede morreu afogada enquanto nadava na Praia do Meio, em Natal, como fazia quase diariamente.



ALZIRA SORIANO

Luíza Alzira Soriano Teixeira nasceu em 1897 no município de Jardim de Angicos, tendo sido a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade. Ela foi eleita prefeita de Lajes aos 32 anos pelo Partido Republicano, obtendo 60% dos votos. Mulher à frente do seu tempo, sofreu todo o tipo de insulto e preconceitos durante o processo eleitoral.

Apesar do pouco tempo em que ficou no poder – apenas um ano -, Alzira teve a sua gestão reconhecida como competente e íntegra. Dentre as suas realizações, consta a construção de novas estradas, como aquela que liga Cachoeira do Sapo a Jardim de Angicos, além de ter construído escolas e ter implantado a iluminação pública a vapor. Morreu na sua cidade natal em 1963, aos 66 anos.

AUTA DE SOUZA

Auta de Souza nasceu em Macaíba, em 1876 e foi uma poetisa brasileira da segunda geração romântica e irmã dos políticos norte-rio-grandenses Elói de Sousa e Henrique Castriciano. Órfã de pai e mãe aos três anos de idade, ela foi criada pela avó materna em uma chácara em Recife, onde foi alfabetizada por professores particulares. Aos 11 anos foi matriculada em um colégio religioso, onde teve uma educação esmerada, sendo capaz de ler no original obras literárias em francês e inglês.



Aos 14 anos contraiu tuberculose e foi obrigada a continuar a sua formação intelectual em casa, como autodidata. Começou a escrever dois anos mais tarde e não mais parou, tendo colaborado com inúmeros jornais e revistas do nordeste e sudeste do País. É considerada como uma das mais altas expressões da poesia católica feminina e a poetisa potiguar mais conhecida fora do Estado. Morreu em 1901, aos 24 anos, em consequência da doença.



DONA MILITANA

Militana Salustino do Nascimento ou simplesmente Dona Militana nasceu em 1925, no sítio Oiteiros, localizado na comunidade de Santo Antônio dos Barreiros, em São Gonçalo do Amarante. Tornou-se famosa por saber de cor os cantos entoados por seu pai, que narram as epopeias de bravos guerreiros, reis e princesas medievais. Mas, além desses “romances”, ela também cantava modinhas, coco, xácaras, moirão, toadas de boi, aboios e fandangos. O seu vasto repertório encantou o folclorista Deffilo Gurgel, que divulgou o trabalho da romanceira para todo o País.

Em setembro de 2005, Dona Militana recebeu do presidente Luís Inácio Lula da Silva a Comenda Máxima da Cultura Popular, em Brasília. Faleceu aos 85 anos. Seu velório foi no Teatro Municipal de São Gonçalo do Amarante e seu sepultamento no Cemitério Público Municipal.

CELINA GUIMARÃES

Celina Guimarães Viana nasceu em Natal em 1890, mas foi no dia 5 de abril de 1928, em Mossoró, que ela entrou para a história como a primeira eleitora do Brasil. No ano anterior havia sido promulgada a Lei 660 que permitiu às mulheres se emanciparem politicamente, participando das eleições dos governantes e o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a colocar a lei em prática.



Celina estudou na Escola Normal de Natal, onde concluiu o curso de formação de professores. Foi lá também que conheceu Elyseu de Oliveira Viana, com quem viria a se casar. Morreu em 1972, em Belo Horizonte.

MEU SONHO

*Eu tenho um sonho que no céu mora
Feito de luz e feito de amor,
Um sonho róseo como uma aurora,
Um sonho lindo como uma flor.*

*E eu vivo sempre, sempre sonhando,
O mesmo sonho de noite e dia
O mesmo sonho suave e brando
De minha vida toda a alegria.*

*Quando soluço, quando minh'alma,
Cheia de angústia, fica a chorar,
O sonho amado me traz a calma
E, então, minh'alma põe-se a rezar.*

*Quando, nas noites frias de inverno,
Eu tenho medo da tempestade,
Ele, o meu sonho, consolo eterno,
Transforma as sombras em claridade.*

*Quando no seio, choroso e louco,
Palpita, incerto, meu coração ...
O sonho doce vem, pouco a pouco,
Trazer-me a graça de uma ilusão.*

*E eu canto e rio na luz dispersa
Deste dilúvio de fantasias ...
Minh'alma voa no azul imersa
Buscando a pátria das harmonias.*

*Imagem doce, visão sagrada,
Quimera excelsa dos meus amores,
Pérola branca, delícia amada,
Bálsamo puro das minhas dores;*

*Ele, o meu sonho, farol que encanta,
Guia-me à pátria da salvação,
Sorriso ingênuo, relíquia santa,
Do relicário do coração!*

AUTA DE SOUZA



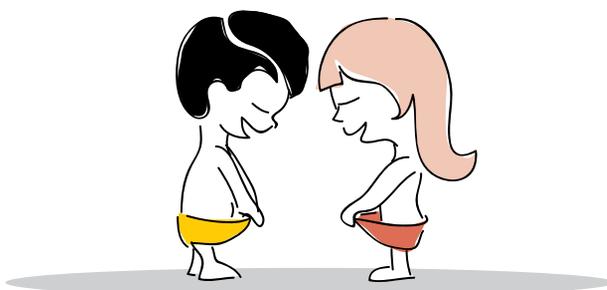


QUE É GÊNERO?

Para iniciarmos nossa conversa sobre gênero, a melhor maneira para compreender é mostrar as **DIFERENÇAS** entre gênero e sexo, que normalmente as pessoas confundem, misturam, achando que é tudo igual.

**DIFERENÇAS?
QUAIS SÃO ELAS?**

Vamos primeiro entender o que é sexo: quando nos referimos a ele, estamos falando dos aspectos físicos, biológicos - aquelas diferenças que estão nos nossos corpos, que nos identifica como macho e fêmea. Portanto, estamos nos remetendo aos aspectos visíveis, que se desenvolvem em nós de acordo com as etapas de nossas vidas.



**É INTERESSANTE DEIXAR
BEM CLARO QUE:**

Quando estamos falando nas diferenças entre sexo, é preciso dizer que nas espécies animais existem também machos e fêmeas, mas não existem homens e mulheres, nem masculino e feminino. São apenas diferenciados como macho e fêmea.



Isso quer dizer que os animais não têm gênero. É muito importante a gente entender isso, pois o conceito de gênero tem a ver com as pessoas e não com os animais; tem a ver com a relação entre homens e mulheres, entre seres humanos.

GÊNERO??

É um conceito explicativo para entender as relações entre homens e mulheres. Esse conceito surgiu em decorrência das mudanças e transformações produzidas pelo movimento de mulheres nas sociedades contemporâneas ao fazer frente às ideias de subordinação e desigualdades entre homens e mulheres construídas e reproduzidas ao longo da história.

AINDA NÃO ENTENDI MUITO BEM...

Por muitos séculos, as sociedades foram encontrando formas de convencer, tanto os homens como as mulheres, que os sexos eram diferentes e que essas diferenças eram também sociais; que os homens, fisicamente mais fortes do que as mulheres, eram naturalmente superiores; elas, por sua vez, eram criaturas frágeis, dóceis e, portanto, inferiores.

Preconceitos como esses trouxeram prejuízos não só para as mulheres especificamente, como para toda a humanidade. Então, a partir da observação e do conhecimento sobre as diferenças não serem naturais, mas sim uma invenção social e histórica, foi que se criou o conceito de **GÊNERO** para entender o que é ser homem, o que é ser mulher; o que é ser masculino e ser feminino.





Ô GENTE, quer dizer que o feminino e o masculino, o ser mulher e ser homem, não é algo natural e, portanto, não biológico, é uma ideia criada, construída socialmente?

É ISSO MESMO!!

Podemos dizer que a sociedade foi quem definiu o que é ser homem e ser mulher. Definiu também as formas como devem ser as relações entre os homens, entre as mulheres e entre homens e mulheres. Podemos dizer que **A SOCIEDADE CRIA AS RELAÇÕES DE GÊNERO**.

Até aqui tudo bem, mas, com toda a evolução nos costumes e no comportamento de homens e mulheres, as relações de gênero na nossa sociedade ainda são responsáveis por uma distribuição desigual de poder, autoridade, privilégios e prestígio entre as pessoas.

De fato, ainda que diante da lei homens e mulheres sejam cidadãos com os mesmos direitos e deveres, não é isso que a realidade mostra. As mulheres ainda ganham menores salários para mesmas funções executadas por homens e têm menos acesso aos cargos de direção, seja nas empresas como nos governos.

RELAÇÕES DE GÊNERO SÃO RELAÇÕES DE PODER

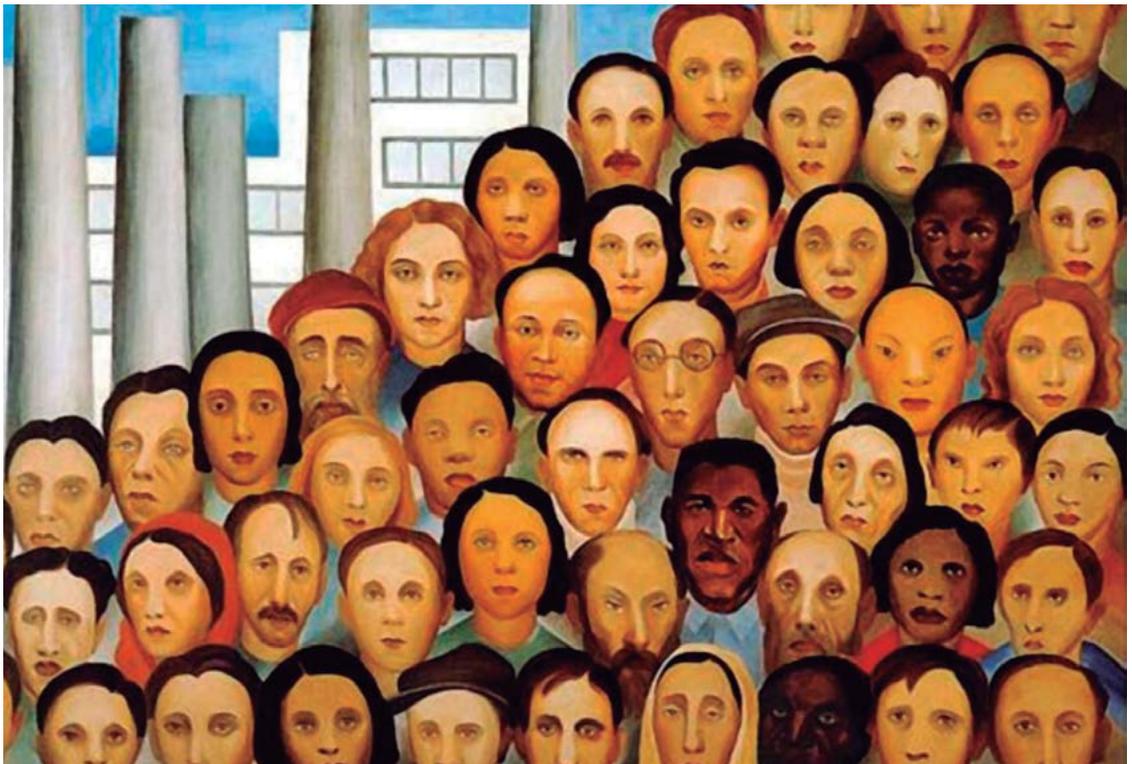
A construção dos papéis e das relações de gênero é um processo permanente e que se modifica ao longo da história, mesmo que de maneira lenta. Uma vez que ocorrem modificações, o gênero não é igual e não se apresenta da mesma forma em todas as épocas e lugares.

Tais modificações vão “depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo, ao longo da história”. (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004).

É PRECISO LEMBRAR QUE...

As relações de gênero não variam apenas de um para outro povo. É sabido que, dentro de uma mesma sociedade, as relações de gênero também podem mudar, de acordo com:

- **A classe social da pessoa;**
- **A raça;**
- **A idade.**



Operários, Tarsila do Amaral

Dessa maneira, sempre que falarmos em gênero, é preciso que se leve em consideração as diferenças que existem entre as mulheres. A situação em que uma mulher pobre, negra, idosa vive não é igual à de uma mulher rica ou da classe média, branca, jovem, mesmo que, por exemplo, sofram igualmente violência de gênero. A forma como cada uma vive e lida com as relações de poder, de autoridade, de prestígio, contribuem com as forma de manutenção ou rompimento do ciclo da violência.

ESCRITOS DE NÍSIA FLORESTA SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

*"Flutuando como barco sem rumo ao sabor neste mar
borrascoso que se chama mundo, a mulher foi aqui con-
duzida segundo o egoísmo, o interesse pessoal, predomi-
nante nos homens de todas as nações."*

(Em "Passeio ao Jardim de Luxemburgo", 1857).

*"Que personagens singulares! (...) Exigir uma servidão
a que eles mesmos não têm coragem de se submeter,
(...) e querer que lhe sirvamos de ludibrio, nós, a
quem eles são obrigados a fazer a corte e atrair em
seus laços com as submissões as mais humilhantes."*

(Em "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens", 1832).

*"Certamente Deus criou as mulheres para um melhor
fim, que para trabalhar em vão toda sua vida."*

(Em "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens", 1832).

*"A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil,
ela [a mulher] assumirá a posição que lhe compete nos
pode somente consolar de sua sorte presente."*

(Em "Opúsculo Humanitário", 1853).

*"Se cada homem (...) fosse obrigado a declarar o que
sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de
acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, (...)
reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos
amos, isto é, a eles homens."*

(Em "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens", 1832).

Brasil
Campanha do Secretário-Geral
das Nações Unidas

UNA-SE pelo FIM DA
VIOLÊNCIA
CONTRA AS
MULHERES



Campanha da ONU pelo fim da violência contra a mulher

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para sustentar as conquistas alcançadas, fez-se necessário o monitoramento constante das ações realizadas, assim como do orçamento público, para que este viabilizasse as importantes políticas públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Afinal, a luta por políticas públicas deve vir sempre atrelada ao orçamento para aquela política, pois sem recursos não se consegue desenvolver políticas públicas com qualidade, nem tampouco mantê-las.

Podemos destacar, neste contexto de conquistas, uma relevante instituição no apoio ao avanço da igualdade de gênero: a União das Nações Unidas - ONU. A instituição apoia mulheres que incentivam outras mulheres na luta por seus direitos e oferece assistência técnica para a consolidação das ações governamentais que objetivam garantir esses direitos.

O PAPEL DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DE DIREITO DAS MULHERES

Apesar de consideráveis avanços, o Estado brasileiro ainda não conseguiu proporcionar uma melhor qualidade de vida para a maioria das mulheres, especialmente as mais pobres, que continuam à mercê da violência e exclusão social. Essas desigualdades somente serão de fato superadas quando as políticas públicas puderem assegurar o direito de todas as mulheres à plena cidadania.

Uma das primeiras questões a se levar em conta na atuação do Estado quanto à efetivação dos direitos das mulheres é observar o seu caráter laico, desde a Constituição de 1988 estabeleceu claramente a separação entre a religião e o Estado.

O QUE HÁ DE IMPORTANTE NISSO TUDO?

A importância disso é que as políticas de Estado para mulheres deixaram de ser definidas a partir da visão religiosa de mundo, especialmente a cristã, cuja perspectiva apontava as mulheres como seres inferiores, restringindo seus direitos e liberdade. Assim, abriu-se caminho para que o Estado passasse a reconhecer as mulheres como sujeitos políticos, percebendo suas diversidades e garantindo os seus direitos.



Desta forma, observamos que as lutas e conquistas alcançadas pelas mulheres precisam da participação do Estado, enquanto um interlocutor que viabiliza esse diálogo, bem como a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, que garantam seus direitos, deveres e o pleno exercício de sua cidadania.

COMPREENDENDO MAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações realizadas pelo Estado, em escalas federal, estadual e municipal, objetivando atender a demandas e setores específicos da sociedade.

Podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e com o apoio da iniciativa privada.

Elas também podem ser percebidas como um sistema, já que são formadas por um conjunto de elementos interligados que objetivam o bem comum da parcela da população a que se destinam.

CONHEÇA MAIS A FUNDO

Para o seu melhor entendimento, importa saber que, antes da implementação de qualquer política pública, é necessário o seu planejamento e desenvolvimento técnico, incluindo aí a associação da sociedade civil como possíveis parceiros institucionais, pesquisa de soluções para os problemas em questão, determinação de prazos, propostas de orçamentos, consultas públicas e uma série de outras determinações para tornar viável sua execução com sucesso.

De um modo geral, as políticas públicas estão fortemente associadas ao Estado, já que este é o responsável pela captação de recursos e pela determinação de como o dinheiro público, que é coletado por meio dos impostos, será utilizado para garantir a igualdade e os direitos sociais.



O seu processo de criação acontece quando a população se mobiliza e leva a insatisfação com seus problemas ao conhecimento do poder público, por meio dos seus representantes eleitos democraticamente. A partir daí, as questões públicas passam a contribuir para a formação de agendas e debates.

Ao pensar na criação das políticas públicas, é interessante levar em conta que a visão geral dessas ações se dá num processo que parte do micro para o macro.

O aspecto macro é compreendido como a atuação do Estado na administração dessas políticas públicas setoriais; e o aspecto micro está relacionado às necessidades de um determinado grupo ou comunidade.

Os “embriões” das políticas públicas nascem nas próprias comunidades, que se apropriam e discutem a realidade e reconhecem suas dificuldades e necessidades. Assim, essas políticas podem ser direcionadas para os seguintes campos:

- **Saúde,**
- **Educação**
- **Trabalho**
- **Assistência social e Previdência**
- **Transporte**
- **Agricultura**
- **Saneamento básico,**
- **Meio Ambiente etc.**

Convidamos você a uma reflexão sobre essa questão e sobre o papel de cada cidadã/cidadão no reconhecimento e cobrança por políticas públicas mais eficientes e na formação dos projetos e fiscalização, desde o planejamento até a execução destas políticas, já que a atuação do poder público pode ser mais bem desempenhada com ajuda e a participação efetiva de todos os indivíduos.

O meu nome é Mulher!

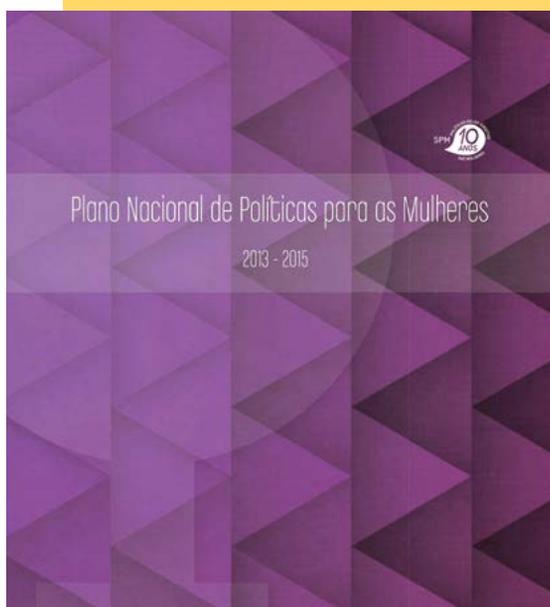
No princípio eu era Eva
Nascida para a felicidade de Adão
E meu paraíso tornou-se trevas
Porque ousei libertação!
Mais tarde fui Maria
Meu pecado remiria
Dando à luz Aquele
Que traria a salvação!

Mas isso não bastaria
Para eu encontrar perdão!
Passei a ser Amélia
"A mulher de verdade"
Para a sociedade!
Não tinha a menor vaidade
Mas sonhava com igualdade!
Muito tempo depois decidi:
"Não dá mais! Quero minha dignidade,
Tenho meus ideais!"

Mas o preconceito atroz
Meus 129 nomes queimou
Então o mundo acordou
Diante da chama lílãs!
Hoje não sou só esposa ou filha;
Sou pai, mãe, arrimo de família;
Sou ourives, taxista, piloto de avião,
Policial feminina, operária em construção!
Ao mundo peço licença para atuar onde quiser!
Meu sobrenome é Competência
O meu nome é Mulher!



NÃO BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE MEUS DIREITOS?



Uma das principais fontes de informação sobre os direitos da mulher é o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O Plano conta com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação. Foi elaborado com base nos resultados da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, em parceria com representantes de mecanismos

governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



Com a implantação do II PNPM, a preocupação com a saúde da mulher ganhou força. Isso fez com que o governo aprofundasse e ampliasse a promoção de políticas de igualdade e justiça social com a inclusão de novos eixos estratégicos, que foram somados aos já existentes no I Plano, com a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

CAMPANHAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



CAMPANHA MALTRATO ZERO



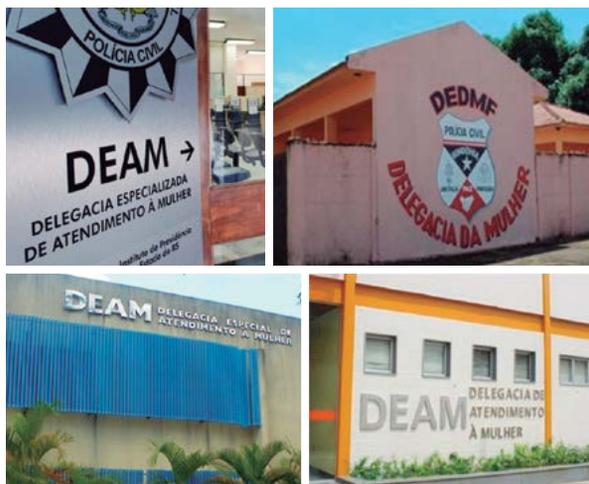
Viver sem violência é um direito das mulheres do campo, da cidade e da floresta.

- Visa prevenir e enfrentar a violência sofrida pelas mulheres rurais em todo País;
- Enfrentar a desigualdade e a violência de gênero;
- E é destinada aos jovens dos 22 países ibero-americanos para conscientizá-los sobre o tema.

AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER - DEAMS

Compõem a estrutura da Polícia Civil, responsável por investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher, que se registram em boletins de ocorrência.

A autoridade policial é responsável por determinar a realização do exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal para comprovar a ocorrência e o tipo de lesões sofridas de qualquer natureza. Entre as ações realizadas pelas delegacias estão o registro de Boletim de Ocorrência, a instauração do inquérito e a solicitação à juíza ou juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica contra as mulheres.



DELEGACIAS, ONDE ENCONTRAR?

EM NATAL

Zona Sul:

Rua Frei Miguelinho, 109 - Ribeira.

Tel: (84) 3232-2526/2530

E-mail: deam@rn.gov.br

Zona Norte:

Av. Dr. João Medeiros Filho, s/n

Estrada da Redinha

Tel: (84) 32325468/5469 -

E-mail: deamvm@rn.gov.br

EM PARNAMIRIM:

Rua Sarmento Noberto Marques, 90- Centro.

Tel: (84) 3644-6407 / 6425

EM CAICÓ

Rua Manoel Avelino da Costa, 26

Bairro Castelo Branco

Tel: (84) 3232-2526, Fax: (84) 3232-2526

EM MOSSORÓ

Rua: Julita Gomes Sena, 241-

Bairro Nova Betânia - Tel: (84) 3351-3536

A CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER (Criada em 2005 pela SPM)

É responsável pela coordenação do serviço de atendimento:

- À mulher ou qualquer pessoa que sofra violência, maus tratos e busca informações e orientações sobre os direitos das mulheres e os estabelecimentos em que podem procurar ajuda.
- O Observatório também acompanhará a implementação de planos e políticas para as mulheres nos estados e municípios.



ATENÇÃO!

**NOS FINAIS DE SEMANA E FERIADOS
PROCUREM UMA DELEGACIA
COMUM DE PLANTÃO**

**E NOS MUNICÍPIOS ONDE NÃO
HÁ DELEGACIAS ESPECIALIZADAS
DE MULHERES, O QUE FAZER?**

**PROCURAR ATENDIMENTO EM
DELEGACIAS COMUM OU LIGAR
PARA A CENTRAL DE ATENDIMENTO
À MULHER, COM PLANTÃO 24HS.**



Você sabia que existe uma secretaria federal apenas para tratar das políticas para as mulheres?

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM

Art. 22. À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 (três) Secretarias. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010).

ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO RN

CONSELHO ESTADUAL DA MULHER RIO GRANDE DO NORTE

Rua Lauro Medeiros, 1779 - Lagoa Nova - CEP 59075-000 - Natal - RN
Telefax: (51) 3228.7771

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER – MACAÍBA

Av. Mônica Dantas, s/n – Centro - Cep: 59280-000 – Macaíba – RN
Fone: (84) 985.1457 ou 271.2771
Email: sosomesquita@zipmail.com.br
Presidente: Maria Soraya Pessoa Mesquita

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DAS MINORIAS - NATAL

Av. Desembargador Silvério Soares, 1007 – Tirol

Cep: 59014-110 – Natal – RN

Fone: (84) 211.3066 - Fax:(84) 211-2226 – 205.2816

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - NATAL

Endereço: Avenida Romualdo Galvão, nº 2210 - Bairro: Lagoa Nova

Cep: 59075-750 - Natal /RN

Fone: (84)9988-6840 Fax:

E-mail: ivoneteosantos@ig.com.br

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - NATAL

Endereço: Avenida Jaguarari, nº 1470 - Bairro: Alecrim

Cep: 59031-500 - Natal

Fone: (84)3232-4588 Fax: (84)3232-4588

E-mail: cmdm.natal@hotmail.com / lucefreireadv@gmail.com

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER - SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Rua Coronel Estevão Moura, nº 14 - Bairro: Centro

Cep: 59290-000 - São Gonçalo do Amarante/RN

Fone: (84)3278-3341

E-mail: semtasc@hotmail.com

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - MACAÍBA

Av. Governador Geraldo Melo s/nº - Centro - Cep: 59280-000

Fone: (84)3271-6525

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES DE APODI

Rua Margarida de Freitas, 394 - Centro - Cep: 59000-7

Email:casadosconselhosapodi@gmail.com

mulheres@prefeituradeapodi.com.br

Presidente: Antônia Lúcia Flávia de Lima

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE VIÇOSA

Rua Vicente Pedro, S/N, Centro, Viçosa-RN - Cep: 59815-000

Fone: (84) 3376-0136

Email: comdim_vicosarn@hotmail.com

CODIMM - COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E DAS MINORIAS

A CODIMM é uma Coordenadoria Estadual vinculada e subordinada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte – SESED. Ela é responsável pela coordenação, articulação e fiscalização dos serviços, programas e ações para a mulher e minorias, e pela elaboração de projetos de novos serviços e programas no âmbito da Segurança Pública.

Entre os serviços que coordena estão as **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher- DEAMs, SOS Mulher e Disque-Defesa Homossexual (DDH)**. Estes serviços funcionam 24 horas por dia e 7 dias por semana;

A CODIMM coordena também os programas **Mulheres pela Vida e Porta da Cidadania**. O primeiro é um programa permanente, de educação de profissionais (especialmente policiais) e de lideranças comunitárias, no sentido de sensibilizá-los e prepará-los para atuarem na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher; o segundo promove a humanização do atendimento de mulheres e idosos nos municípios onde não existem delegacias especializadas para esse o público específico. O atendimento é feito através dos **NAMIs - Núcleos de Apoio à Mulher e ao Idoso**, propiciando dentro das Delegacias de Polícia comuns, um espaço de apoio e acompanhamento de mulheres e idosos que buscam denunciar algum tipo de violência.

A CODIMM funciona na Av. Hermes da Fonseca, 1174 - Tirol, Natal/RN - Fone (84) 3232-7089/7087/7088. E-MAIL: codimmsesed@rn.gov.br

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Atua em qualquer espécie de caso, desde que seja de competência da Justiça Estadual, sempre na defesa de um cidadão ou de um grupo de cidadãos carentes.

A defensoria possui o NUDEM - Núcleo de Atendimento à Mulher Vitima de Violência doméstica, com sede no Município de Parnamirim e Caicó.

A Defensoria funciona na Av. Duque de Caxias,102, Natal/Rn. Cep:59012-200

Fone: 3232-6955 - Email: defensoriapublica@rn.gov.br

ORGANISMOS E CONSELHOS

Os Organismos de Políticas para Mulheres e os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher

São importantes ferramentas no processo de formulação, monitoramento e coordenação das políticas promotoras da defesa dos direitos humanos das mulheres.

A criação dos organismos voltados exclusivamente para as políticas para mulheres e para a defesa dos seus direitos é uma recomendação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, a Conferência de Beijing, realizada em 1995. Faz parte também dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Declaração de Beijing, ratificada em 2000, durante a Conferência Beijing + 5, que ocorreu em Nova Iorque, além de estar prevista na Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que entrou em vigor no ano de 1981.

Os conselhos surgiram na década de 1980, num contexto marcado por inúmeras mobilizações pela redemocratização do País. O objetivo deles era possibilitar o diálogo entre Estado e sociedade, de maneira que a participação desta nas decisões políticas pudesse ser fomentada.

Como resultado da mobilização dos movimentos de mulheres durante esse período, foi criado, em 1985, o Conselho Nacional das Mulheres – CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça.

Mas afinal, o que são os Conselhos e qual é o seu papel?

- Conselhos são espaços de controle social e de interlocução da sociedade civil organizada e de lideranças com os governos, por meio das suas respectivas representações.
- Seu papel está relacionado à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, sendo a implementação dessas políticas uma responsabilidade dos governos.
- Os conselhos podem ser de tipo deliberativo ou consultivo. Os deliberativos possuem poder de determinação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas; já as recomendações dos conselhos consultivos não têm caráter obrigatório, podendo ou não ser observadas.
- Os Conselhos podem ainda ser classificados como setoriais, criados para tratar de políticas específicas, ou de direitos, voltados para determinados segmentos que sofrem com desigualdades e discriminações por razões históricas e culturais e que não possuem canais institucionais para que seus interesses sejam incorporados pelo Estado.

FAZ-SE NECESSÁRIO DEIXAR CLARO que a criação dos Conselhos de direitos em escalas municipal e estadual tem sido uma significativa reivindicação dos movimentos de mulheres

Além dos mecanismos institucionais dos Conselhos, que, sozinhos, são insuficientes no enfrentamento dos desafios de transformação das relações de gênero e da situação das mulheres brasileiras, foram também criados mecanismos governamentais com poder executivo.

Estes organismos, quando contam com estrutura e orçamento próprios, possuem maior poder de articulação na formulação de políticas para as mulheres e mais condições de intervenção pública. Dentre eles, destacamos as Secretarias e Coordenado-

rias de Mulheres e os Núcleos de Políticas para as Mulheres, que atuam hoje no País tanto em âmbito estadual como municipal.

Os organismos executivos têm por missão contribuir nas ações dos governos com vistas à promoção da igualdade de gênero através da formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.

Espera-se que os organismos, buscando a eficácia das ações, projetos e programas governamentais na área, organizem indicadores, promovam parcerias públicas, privadas e com os movimentos sociais, e que se articulem com as demais secretarias e órgãos governamentais de modo a alcançar seus objetivos.

O número de organismos de políticas para as mulheres existentes no País vem aumentando de forma significativa. Confira os dados dos Organismos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres existentes em cada região brasileira.

Já o número de Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher vem se mantendo estável desde o mês de setembro de 2007, com exceção da região Nordeste, que apresenta pequeno aumento. No entanto, os Conselhos Municipais apresentam fomento significativo, passando de 163 em setembro de 2007, para 345 em junho de 2009.

A região sudeste apresenta o maior número de conselhos - são 115 no total, sendo Minas Gerais o estado que conta com a maior parte deles, com 52 Conselhos Municipais no total. (Mais informações no <http://www.observatoriodegênero.gov.br>)

ORGANISMOS DE APOIO E POLÍTICAS PARA MULHERES NO RN

CEPAM - COORD. ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

Av. Deodoro da Fonseca, nº249- Bairro Petrópolis- Natal-RN

Coordenadora: Carmosita Nobrega Bezerra da Silva

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE AREIA BRANCA

R. João Felix, 102, 1º andar - Centro - Areia Branca/RN

Fones: 3332-4927 / 3332-4959 / 9622-3939

Email: dedagaspar@bol.com.br

dayannab@gmail.com

Secretária: Dayanna Campielo Bezerra

CENTRO NÚCLEO DE ATENDIMENTO A MULHER E IDOSO DE ASSÚ

Coordenador: José Gilson de Oliveira

Av. Senador João Câmara, 1400 – Centro

Fone: 3331-6326

Email: creassmdsassu@hotmail.com

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE CAICÓ:

Coordenadora: Ana Edna da Silva

R. Felipe Guerra - 379 - Centro

Fones: 3421-2279 9951-6793

Email: anaednadasilvasantiago@gmail.com

COORD. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE IPANGUAÇU

Coordenadora: Wrtisoneide Ferreira da Silva

Av. Luiz Gonzaga, 961 – Centro - Ipanguaçu - (SEMTHAS

Fones: 3335-3901 3335-2540 9128-1566

Email: wrtisoneide@hotmail.com

SEC. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO MUNICÍPIO DE ITAÚ

Secretaria: Francisca das Chagas Paiva Bessa Fernandes

Endereço: R. Cleovas Nunes, 74, Centro

Fones: 3371-2255 9918-7366

Email: secretariadamulherit@bol.com.br

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE PARELHAS

Coordenadoria: Maria Vitória de Araújo

R. Severino Rodrigues de Sena, 86 –

Mª Terceira Subcoordenadoria

Fone: 9808-9701 3471-2850

E-mail: meaparelhas@hotmail.com

site: Sehasparelha@yahoo.com.br

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE PORTALEGRE

Coordenadora: Maria Markylyana Dias Soares

Rua Antônio de Freitas, 34 – Centro

Fone: 9601-9068 3377-2251 3377-2110

E-mail: markylyana.dsoares@hotmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER

Endereço: Av. Bernardo Vieira, 2180- Dixsept Rosado

Cep: 59054-00

Fone: 32329144

Secretária Adjunta: Vera Raposo

CRAM- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A MULHER

Oferece apoio psicológico e social

Endereço: Av Bernardo Vieira, 2180- Dixsept Rosado

Cep: 59054-00

Fone: 32329144

CENTRO DE REFERENCIA DA ZONA NORTE

Endereço: Rua Acaraú, 2118, Panatis

Fone: 32324887

Procure saber se na sua cidade ou região existe:

CASA ABRIGO

Acolhe as mulheres e seus filhos e filhas em risco de morte e presta assistência psicológica e jurídica.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Oferece ajuda psicológica e social para os casos de violência.

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Oferece ajuda psicológica e social

IML - INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Realiza o exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários.

CENTROS DE SAÚDE

Oferecem o atendimento de prevenção e atenção à saúde da população.

Em caso de abuso e maus tratos não deixe de procurar:

MINISTÉRIO PÚBLICO

Apresenta a denúncia à justiça.

NAMVID- Fone: 3232-9489

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E VARAS CRIMINAIS

Julgam os casos que lhes são encaminhados e determinam as medidas de proteção e a execução da sentença.

HOSPITAIS PÚBLICOS

Atendem as mulheres vítimas de violência sexual e garantem o acesso aos serviços de contracepção de emergência (pílulas do dia seguinte), doenças sexualmente transmissíveis /IADS e aborto legal.

PROGRAMAS E AÇÕES DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2013-2015)



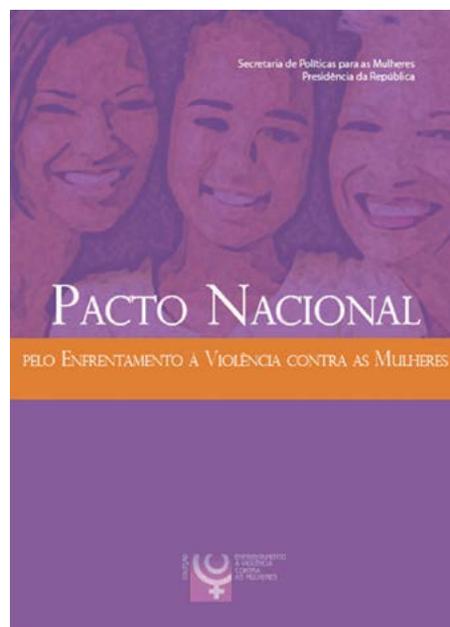
O principal objetivo deste eixo é disponibilizar para toda a sociedade informações acerca das ações governamentais voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à garantia dos direitos e da autonomia das mulheres.

O intuito é possibilitar que gestoras e gestores públicos e a sociedade civil organizada acompanhem as atividades de avaliação e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e que o resultado dessas atividades subsidiem a Administração na formulação de novas políticas e no aperfeiçoamento das já existentes.

O PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER

Foi lançado em agosto de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal.

Consiste num acordo federativo entre o Governo Federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.



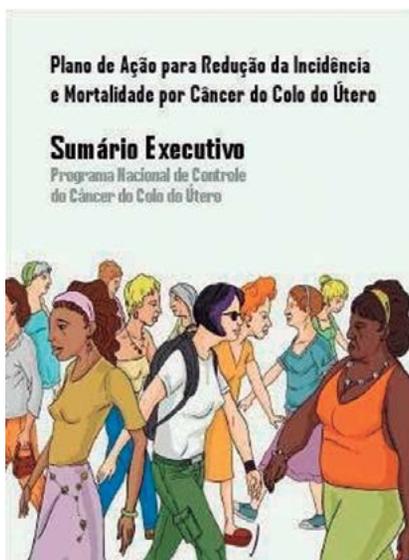
PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA



Congrega as organizações que promovem a igualdade entre mulheres e homens no ambiente do trabalho.

Estas organizações são certificadas com selo. Inscrições e informações poderão ser feitas pelo e-mail proequidade@spm.gov.br

PLANO DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA E MORTALIDADE POR CÂNCER DO COLO DO ÚTERO



Até a década de 1980, as ações de controle do câncer do colo do útero no Brasil eram pontuais e as atividades de atenção à saúde da mulher eram voltadas para o período gravídico-puerperal.

A partir do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), foram incorporadas as ações de detecção precoce do câncer do colo do útero com a publicação de manuais técnicos e orientação a estados e municípios.

Na década de 1990, as ações do controle do câncer no Brasil são consolidadas, sob a coordenação do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e, em relação ao colo do útero, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Controle do Câncer Cérvico – Uterino (PNCCU). Em 1996, foi realizado, pelo INCA/MS, o Projeto Piloto do “Programa Viva”.



A SAÚDE É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO

Em caso de dificuldade para marcação de consultas e exames em seu município, procure a Secretaria Municipal de Saúde ou o Conselho Municipal de Saúde para orientações e providências.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é uma resposta do Governo Federal às desigualdades em saúde que acometem esta população e o reconhecimento de que as suas condições de vida resultam de injustos processos sociais, culturais e econômicos presentes na história do país.

Nossa história, construída sobre as bases da desigualdade, impôs à população negra o lugar das classes sociais mais pobres e de condições mais precárias.

Apesar da abolição oficial da escravatura dos povos africanos e seus descendentes, não há como negar que persiste, ainda hoje, na nossa sociedade um racismo silencioso e não declarado.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Este documento foi elaborado e publicado em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Cumprir importante papel, pois vem responder, simultaneamente, a uma demanda social, aos marcos legais internacionais e aos preceitos governamentais do Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir das diretrizes firmadas no documento, o Ministério da Saúde vem promovendo, desde 2007 de maneira



mais sistemática, discussões para o estabelecimento de estratégias que atendam à demanda das pessoas com deficiência no que se refere às questões de Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva.

PROGRAMA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DA MULHER

PROGRAMA
TRABALHO E
EMPREENDEDORISMO
DA MULHER

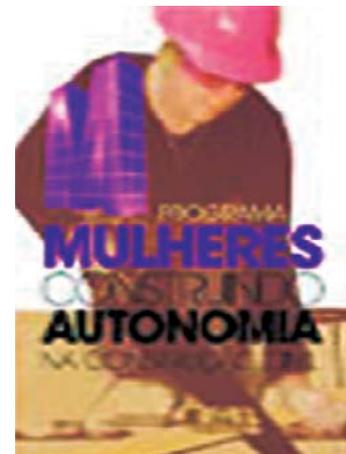


O Programa é uma iniciativa da SPM, em parceria com os Governos Estaduais, Governo do Distrito Federal e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Visa contribuir para a integração das políticas sociais e econômicas, com o objetivo de identificar e atuar nos espaços de oferta de ocupação nos mercados formal e informal de mão de obra local.

A coordenação do Programa está a cargo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em especial do Programa de Gênero e Políticas Públicas, abrigado na área de Desenvolvimento Social, e para sua execução em parceria com as unidades estaduais do SEBRAE e da Business Professional Women – BPW (Associação de Mulheres de Negócios Profissionais).

PROGRAMA MULHERES CONSTRUINDO AUTONOMIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Esse programa tem o propósito de fortalecer as ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM. Prioriza atender mulheres pobres, com baixa renda, pouca escolaridade, em situação de risco social e vulneráveis à violência doméstica.



O Capítulo 1, “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social”, preferencia a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e ao apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. (Acesse <http://www.spm.gov.br>)



PROGRAMA TRABALHO, ARTESANATO, TURISMO E AUTONOMIA DAS MULHERES

O Programa busca o fortalecimento das políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal que garantam a autonomia econômica e o papel protagonista de mulheres artesãs, no mercado de trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, da identidade cultural regional e da preservação sócio - ambiental.

O Programa tem como prioridade atender mulheres rurais e indígenas, com baixa-renda, pouca escolaridade, em situação de risco social e vulneráveis à violência doméstica (Acesse [http:// www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)).

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS

Criado em 2008, o POPMR tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, por meio de ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Pesca e Aquicultura, Companhia Nacional de Abastecimento e organizações da sociedade civil.

Em seu âmbito, vêm sendo desenvolvidos estudos e cursos de formação para trabalhadoras rurais, bem como ações de apoio a grupos produtivos de mulheres e à sua participação em feiras nacionais e regionais.



PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

O PNDTR foi criado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o intuito de garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos.

Para sua execução, o PNDTR articula órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, bem como os movimentos sociais de mulheres. Conta com um Comitê Gestor Nacional, que tem como um de seus membros a Secretaria de Políticas para as Mulheres.



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), órgão colegiado criado em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os principais objetivos do Condraf são:



- Contribuir para a superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda;
- Contribuir para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia;
- contribuir para a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais;
- Propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. Para saber mais, visite o site do Condraf.

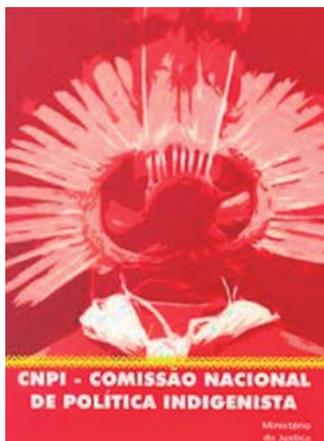
CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA



Criado em 2003 e regulamentado no ano seguinte, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape) é um órgão colegiado de caráter consultivo. Tem como objetivo propor a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate nos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional.

Desde 2010, a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento no Conape. Para saber mais, visite o site do Conape.

COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA



A Secretaria de Políticas para as Mulheres é convidada permanente na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado criado em 2006, no âmbito do Ministério da Justiça. Entre suas competências, está:

- A proposição de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional indigenista;
 - Estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, relacionadas à área indigenista.
- Apoiar e articular os diferentes órgãos e estruturas responsáveis pela execução das ações dirigidas às populações indígenas;
 - A SPM atua também na Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude.

Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA

Foi instalado pelo Governo Federal para atender à demanda histórica da Marcha das Margaridas, realizada pela primeira vez no ano 2000, em Brasília, e que já teve outra três edições – a última em 2011.

Fazem parte do Fórum as principais organizações e instituições de mulheres rurais e os Ministérios do Governo Federal.

O Fórum foi o responsável pela Campanha “Mulheres Donas da Própria Vida”, divulgada amplamente no país, principalmente nas áreas rurais, com o intuito de dar visibilidade à violência de gênero e contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha no meio rural.

Em 2010, realizou-se o II Seminário Nacional do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta: No campo e na floresta, políticas públicas para as mulheres, ocasião em que a Ministra Nilcéa Freire assinou a Portaria nº 085/2010, instituindo as **Diretrizes para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**.



CAMPANHA PARA ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

Lançada em dezembro de 2007, a Agenda Social pelo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica é coordenada pela Secretaria dos Direitos Humanos e tem como objetivo garantir toda a documentação necessária para o pleno exercício da cidadania.

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA



Em 31 de agosto de 2004, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Ciência e Tecnologia instituíram um grupo de trabalho interministerial para “realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização de seminário nacional com núcleos e grupos de pesquisa sobre a questão de gênero das universidades”.

O grupo, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, inicialmente foi constituído por representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior (ANDIFES); e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No processo de trabalho foram sendo incorporados como parceiros da proposta no âmbito governamental o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD e do Departamento de Políticas do Ensino Médio/Secretaria de Educação Básica, e o Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), do Ministério da Saúde.

No âmbito das representações internacionais o Programa conta com a participação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Participaram também da construção e como apoiadores do programa Mulher e Ciên-

cia, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e outras 23 entidades, entre associações e sociedades científicas, núcleos de estudos e programas de universidades e organizações não governamentais.

O grupo foi instalado em dezembro de 2004, realizando, durante o ano de 2005, 18 reuniões regulares e uma reunião ampliada. Como resultado do intenso trabalho realizado, foi lançado o Programa Mulher e Ciência, pensado com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e promover a participação feminina no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas.

O Programa Mulher e Ciência se constitui em três tipos de incentivos: um edital de pesquisa, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA



Em 2005, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com Conselho Britânico, iniciou uma discussão para elaboração de uma ação de formação na temática de gênero e feminismo para o corpo docente da rede pública de educação.

Desta união de esforços efetivou-se a proposta de elaboração de um curso de formação de professores nas sistêmicas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O curso Gênero e Diversidade na Escola contou com a participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC), além da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

CURSO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA

A partir da experiência da formação em Gênero e Diversidade na Escola, foi estruturada mais uma parceria entre MEC, SEPPIR, CLAM, Unifem e IPEA, para a organização de novo curso, desta vez sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

O objetivo do novo curso é instrumentalizar as/os participantes para intervenção no processo de concepção, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos programas e ações de forma a assegurar a transversalidade e a intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas.

O curso é dirigido para servidoras/es dos três níveis da Administração Pública, preferencialmente gestoras/es das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento; integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação; e dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial.

Esta proposta de curso teve a adesão de 18 universidades federais e estaduais e ofereceu aproximadamente oito mil vagas em todo país, a partir de maio de 2010, nas modalidades de especialização e aperfeiçoamento.

CAMPANHA MAIS MULHERES NO PODER



A Campanha Mais Mulheres no Poder foi lançada em 2008 e tem como objetivo debater a importância da presença feminina nos espaços de poder e decisão e incentivar a participação das mulheres de forma igualitária, multirracial e não discriminatória nesses espaços.

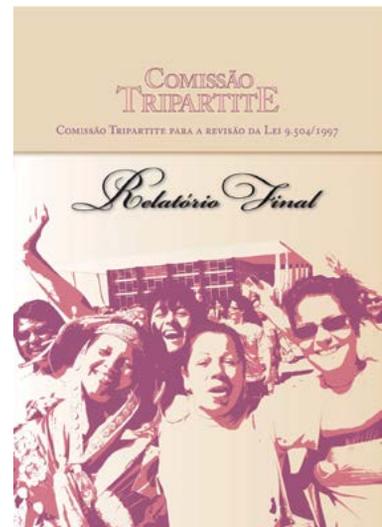
Seu principal resultado é o portal Mais Mulheres no Poder (www.maismulheresnopoderbrasil.com.br), dedicado a divulgar a atuação e a importância da participação das mulheres na política, no judiciário, nos partidos políticos, nas empresas públicas e privadas e em organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE

Constituída por representantes dos poderes executivo, legislativo e de organizações da sociedade civil, tinha como objetivo discutir e elaborar propostas para revisão da lei de cotas eleitorais, bem como garantir a sua plena aplicação, conforme previsto pela Lei 9.504/97.

Nesse sentido, a Comissão atuou sobre a minirreforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/2009), criando e aperfeiçoando mecanismos de promoção da inclusão política das mulheres.

Um resultado dos seus trabalhos foi a elaboração de um anteprojeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, que prevê medidas para ampliar profundamente a participação política das mulheres. (Acesse o relatório no site da SPM).



GUIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA AS MULHERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

O guia tem como objetivo oferecer às mulheres recursos teóricos e estratégicos que as possibilitem participar dos partidos políticos, dos processos eleitorais e da vida política brasileira em geral, com mais conhecimentos e melhores condições de disputar os espaços de poder e decisão.

Ele foi elaborado com o apoio da secretaria de Políticas para as Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por Marlise Matos (Departamento de Ciências Políticas da UFMG) e Láris Ramalho Cortês (Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA)

Nos dias 14 e 15 de abril de 2010, foi realizado, em Brasília, o III Fórum de Mulheres Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

FÓRUM DE MULHERES DO IBAS

O Fórum de Mulheres do IBAS integra o Fórum IBAS e foi criado em 2007 em reconhecimento aos esforços conjuntos e a colaboração na área do desenvolvimento da mulher entre estes três países.

Como resultado desse fórum, a Secretaria de Políticas para as Mulheres publicou o livro “Macroeconomia e Gênero: uma abordagem feminista – um diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul”, no qual se encontram as palestras e os debates ocorridos no decorrer do evento, em língua e portuguesa e inglesa.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO



Surgiu a partir da iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - de criação de uma entidade com o objetivo de disseminar informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres, com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país.

Lançado em 8 de março de 2009, o Observatório é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, e mantém diálogo com outros Observatórios do Brasil e da América Latina.

Suas atividades têm como referência três eixos centrais:

- **Indicadores,**
- **Produção e Disseminação de Conteúdos**
- **Diálogo Internacional.**

MAIS UMA CONQUISTA PARA A MULHER NA PREVENÇÃO AO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO.

Toda menina e toda mulher precisam de proteção.

É importante prevenir o câncer do colo de útero. Por isso, se você tiver entre 25 e 64 anos, faça os exames preventivos. E, se sua filha tiver entre 11 e 13 anos, deve ser vacinada contra o HPV. Fique atenta ao período de vacinação na escola ou vá a uma unidade de saúde.

Vacinação para quem precisa de mais proteção. Um direito seu assegurado pelo SUS.

MELHORAR SUA VIDA, NOSSO COMPROMISSO.

40 Anos PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES
Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde
SUS + Ministério da Saúde
GOVERNO FEDERAL BRASIL
PAÍS RICO. PAÍS SEM POBREZA

A luta de melhoria na prevenção a saúde da mulher vence mais uma vez, com a implantação da vacina contra HPV (quadrivalente) no calendário de vacina do adolescente.

Na verdade, embora se trate da mais importante novidade surgida na prevenção à infecção pelo HPV aqui no Brasil, a mesma é uma vacina que tem quase dez anos de uso no mundo inteiro existente em 50 países.

A presidenta Dilma Rousseff destacou o slogan da campanha lançada em 2014 “Cada menina é de um jeito, mas todas as meninas precisam de proteção”, e reafirmou que é obrigação do Estado garantir proteção a todas. “Vocês vão ter papel protagonista nesse País, porque nós, mulheres, temos mudado progressivamente a situação das mulheres”.

Esquema da Vacina HPV: 1º dose; 2º seis meses depois da primeira dose; e o reforço com 5 anos.

IMPORTANTE: A vacina não substitui a realização do exame preventivo, o Papanicolaou e nem o uso do preservativo nas relações sexuais.

FILMES TEMÁTICOS

Dicas de filmes para aumentar a percepção sobre sexualidade e relações de gênero

TOMATES VERDES FRITOS

(Comédia dramática/1991)



Sinopse: Evelyn, uma dona de casa infeliz, conhece Ninny, uma velha senhora que mora num asilo, e fica encantada com as histórias que ela conta sobre Ildie Threadgoode, uma jovem da década de 1920, do Alabama. Inspirando-se na vida de Ildie, Evelyn aprende a ser mais assertiva e constrói uma forte amizade com Ninny. Esta relação proporciona ao espectador uma trama emocionante cheia de surpresas e segredos, vivendo o passado no futuro. Uma linda história. Boa oportunidade para refletir sobre diversidade/preconceito.

A EXCÊNTRICA FAMÍLIA DE ANTÔNIA

(Drama/1995)

Sinopse: O filme se passa durante quase quarenta anos após a Segunda Guerra Mundial, e conta a história da matriarca Antônia que, depois de voltar à vila onde nasceu, estabelece uma comunidade com sua filha. O enredo se desenvolve em torno da re-



lação das duas com os moradores da vila. Assumem a fazenda da família e alojam um homem simples da aldeia e uma jovem com problemas psicológicos que foi estuprada pelo irmão, além de manter amizade com Kromme Vinger, um filósofo estudioso de Schopenhauer e Nietzsche.

O SORRISO DE MONA LISA

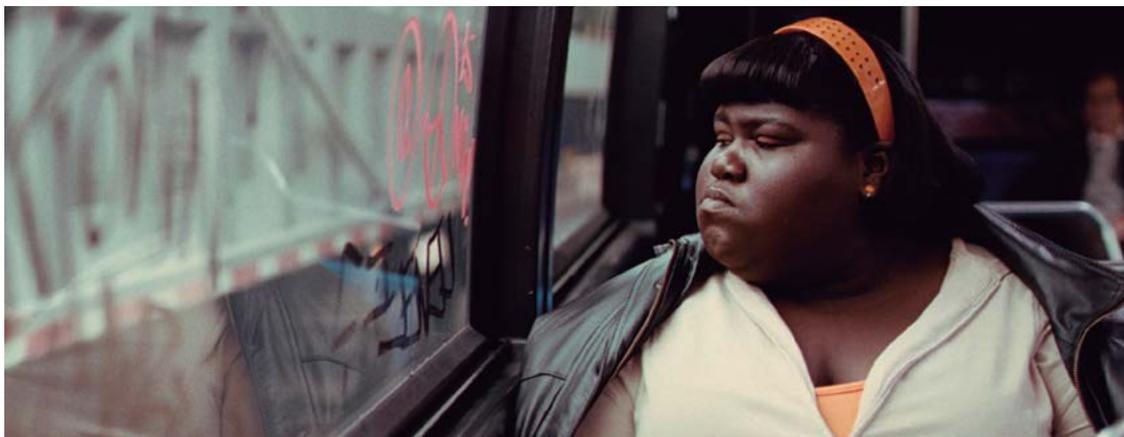
(Drama/2003)



Sinopse: Conta a história de uma professora de arte liberal que enfrenta uma escola feminina, tradicionalista, onde as melhores e mais brilhantes jovens mulheres dos Estados Unidos recebem uma dispendiosa educação para se transformarem em cultas esposas e responsáveis mães. No filme, a professora irá tentar abrir a mente de suas alunas para um pensamento liberal, enfrentando a administração da escola e as próprias garotas.

PRECIOSA (Drama, 2009)

Um dos filmes mais dramáticos dos últimos tempos a abordar a questão das mulheres negras em seu estado de vulnerabilidade social. Aborda desde questões como estereótipos de beleza como a coisificação do corpo feminino. É indicado para as mulheres que quiserem começar a refletir sobre o feminismo negro.



TERRA FRIA (drama, 2005)

Sinopse - Baseado em uma história real, o filme Terra Fria narra o drama de Josey Aimes, uma mulher que abandona o marido abusador e que aceita um emprego numa mineradora para conseguir sustentar sozinha seus dois filhos. Na empresa, ela se depara com a hostilidade dos homens que, temerosos em dividir o mercado de trabalho com as mulheres, passam a hostilizá-las e a assediá-las de maneira brutal. A luta de Josey inspirou outras trabalhadoras americanas a enfrentarem questões como assédio sexual nas empresas.



VEJAM AQUI OS LINKS

AFM Articulación Feminista Marcosur

AMNB Articulação de Mulheres Negras do Brasil

ANDI Agência de Notícias dos Direitos da Infância

ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA

AWID Association For Women's Rights in Development

CC/PR Casa Civil da Presidência da República.

CEF Caixa Econômica Federal.

CEMINA Comunicação, Educação e Informação em Gênero.

CLADEM Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CLAM Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

CMB Confederação de Mulheres do Brasil.

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

COIAB Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

CONVENCIÓN Campaña por una Convención Interamericana de los Derechos Sexuales y los Derechos Reproductivos

COTIDIANO MUJER

CUT Central Única do Trabalho

DAW Divisão para o Avanço das Mulheres

ECOS Comunicação em Sexualidade

FIRE Rádio Internacional Feminista

FLORA TRISTÁN Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán

FNMN Fórum Nacional de Mulheres Negras.

FUNAI Fundação Nacional do Índio.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**GLOBAL FUND FOR WOMEN** Fundo Global para as Mulheres**HIP HOP PELA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES****IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**IGTN** International Gender and Trade Network - Rede Internacional de Gênero e Comércio**INSTITUTO EQUIT** Gênero, Economia e Cidadania Global**INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL****INSTITUTO PAPAÍ****INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO****INSTITUTO PROMUNDO****INSTRAW** Instituto Internacional das Nações Unidas de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres**INTERVOZES** Coletivo Brasil de Comunicação Social**IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**MAPA** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**MCid** Ministério das Cidades**MDA** Ministério do Desenvolvimento Agrário**MDS** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**MEC** Ministério da Educação**MINC** MINISTÉRIO DA CULTURA**MJ** Ministério da Justiça**MMA** Ministério do Meio Ambiente**MME** Ministério de Minas e Energia**MMM** Marcha Mundial de Mulheres

MPOG Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MS Ministério da Saúde

MTE Ministério do Trabalho

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

OBSERVATÓRIO DA MULHER

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

AÇÃO EDUCATIVA - BRASIL

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

REDE URBAL 12 de governos locais - Espanha

OBSERVE -Observatório da Lei Maria da Penha

OSAGI Escritório da Conselheira Especial das Nações Unidas para Assuntos de Gênero e o Avanço da Mulher, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.

PAGU Núcleo de Estudos de Gênero

PORTAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Instituto Patrícia Galvão - Brasil.

PORTAL DIREITO HOMOAFETIVO

REDE FEMINISTA DE SAÚDE Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

REPEM Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y Caribe

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS Revista Estudos Feministas

SAFERNET Protegendo os Direitos Humanos na Internet

SEADH/ES Sec. de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos do Espírito Santo.

SECOM/PR Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

SEDH/PR Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SEMU/MA Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão.

SEPPIR/PR Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

SG/PR Secretaria Geral da Presidência da República

SIGA O OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO NO TWITTER

SOCIAL WATCH Iniciativa de redes e organizações da sociedade civil de todo o mundo.

SPM/PR Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

SUDIM/RJ Superintendência de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro

TWITTER DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO

UBM União Brasileira de Mulheres.

WIKIGENDER Plataforma online de coleta e troca de informações sobre a igualdade de gênero. Rede Interagencial das Nações Unidas sobre Mulheres e Igualdade de Gênero.

SUGESTÕES DE SITES

<http://www.spm.gov.br/>

<http://www.observatoriodegênero.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br/>

<http://www.observatoriodegênero.gov.br/>

<http://blogueirasfeministas.com/>

<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-damulher>

<http://www.spm.gov.br/http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>

REFERÊNCIAS

Almanaque da Mulher, A incrível Jornada. CUT- SNMT, SP. 2006-2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: A construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira (org.) **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Caderno “Gênero e Educação” – Sempreviva Organização Feminista, S. Paulo, 1999

Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis: Vozes, 2003. Relações de gênero e saúde reprodutiva. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, jan/jun 2000.

“Caderno de textos gênero e trabalho” / Iole Macedo Vanin e Terezinha Gonçalves (Organizadoras). - Salvador: REDOR, 2006. 209 p.

CAMURÇA, Silvia, GOUVEIA, Tarciana. **O que é gênero**. 4ª Ed. SOS CORPO- Instituto Feminista para a Democracia, 2004

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. GDE. **Livro de Conteúdo** versão 2009.

LOURO, Guacira Louro. “Currículo, gênero e sexualidade. O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.).

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: VENTURI, Gustavo; et all. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Ed. 1, editora Fundação PERSEU ABRAMO, São Paulo, 2004.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

- Pág 15 - <http://www.mineiropt.com.br/boletim.php?boletim=58>
- Pág 16 - <http://www.nisiadigital.com.br/wp-content/uploads/2012/10/Nisia-Floresta.jpg>
- Pág 16 - <http://sandradeandrade.com.br/?p=3951>
- Pág 16- <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/noticias/premio-bertha-lutz-2015-recebe-indicacoes-de-mulheres>
- Pág 18 - <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/o-voto-feminino-completa-80-anos>
- Pág 19 - <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2008-03-08/8-de-marcode-2008>
- Pág 20 - <http://cromossomox.com.br/2012/05/o-medo-de-quebrar-barreiras-e-tabus-quando-o-assunto-e-politica/>
- Pág 20 - <http://cromossomox.com.br/2011/08/5-anos-de-lei-maria-da-penha-faca-valer-os-seus-direitos/>
- Pág 23 - <http://www.ebc.com.br/infantil/galeria/audios/2012/11/ha-91-anos-morreu-a-princesa-isabel>
- Pág 23 - <http://www2.uol.com.br/ziriguidum/0908/090814-01.htm>
- Pág 23 - <http://nucciaalves.blogspot.com.br/2010/04/conquistas.html>
- Pág 24 - <http://guiadoscuriosos.com.br/blog/wp-content/uploads/2014/03/mulheres.jpg>
- Pág 24 - <http://www.mulheresnopoder.com.br/wp-content/uploads/2010/03/carlota-pereira.jpg>
- Pág 24 - <http://www.antonioscarlosrodrigues.com.br/blog/dia-internacional-da-mulher-a-participacao-feminina-na-politica/>
- Pág 24 - <http://t.r4.com.br/templates/notjus/www.noticiasdejussara.com.br/SUB/noticia/4209/>
- Pág 24 - <http://www.conjur.com.br/2011-jul-29/ministra-ellen-gracie-deixa-supremo-tribunal-federal-agosto>
- Pág 24 - <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/files/2010/11/zelia.jpg>
- Pág 24 - <http://colunas.revistaepoca.globo.com/felipepatuary/tag/roseana-sarney/>
- Pág 26 - <http://nahorah.net/noticia.php?n=34883>
- Pág 26 - http://aldericoalvares.blog.uol.com.br/arch2009-07-12_2009-07-18

html#2009_07-12_11_57_43-7971973-0

Pág 27 - http://lh6.ggpht.com/BxAvqHkir8o/UTI_QY5_VDI/AAAAAAAAAy1U/78Crqyb-CyqA/

s1600-h/Alzira1%2525281%252529%252520OK%25255B4%25255D.jpg

Pág 27 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Auta_de_Souza#mediaviewer/File:Auta_de_souza.jpg

jpg

Pág 28 - <http://www.famososquepartiram.com/2011/01/dona-militana.html>

Pág 28 - [http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-](http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitora-do-brasil/image_view_fullscreen)

[eleitora-do-brasil/image_view_fullscreen](http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitora-do-brasil/image_view_fullscreen)

Pág 38 - http://jornalintegracaopv.blogspot.com.br/2010_10_02_archive.html

Pág 71 - [http://oquehadeerrado.blogspot.com.br/2012/05/resenha-excentrica-familia-de-](http://oquehadeerrado.blogspot.com.br/2012/05/resenha-excentrica-familia-de-antonia.html)

[antonia.html](http://oquehadeerrado.blogspot.com.br/2012/05/resenha-excentrica-familia-de-antonia.html)

Pág 71 - http://www.geocities.ws/wagner_cinema2/lisa.html

Pág 72 - http://3.bp.blogspot.com/-JkpQa_XUKd8/UY7f977UI/AAAAAAAAAug/Ui9R-C9gDHVk/

s1600/preciosa-divulgacao-g.jpg

Pág 72 - <http://mulhollandcinelog.files.wordpress.com/2014/01/xcfyfgy.jpeg>

Todas as vidas

CORA CORALINA

*Vive dentro de mim
Uma cabocla velha
De mau-olhado,
Acocorada ao pé do borrvalho,
Olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...*

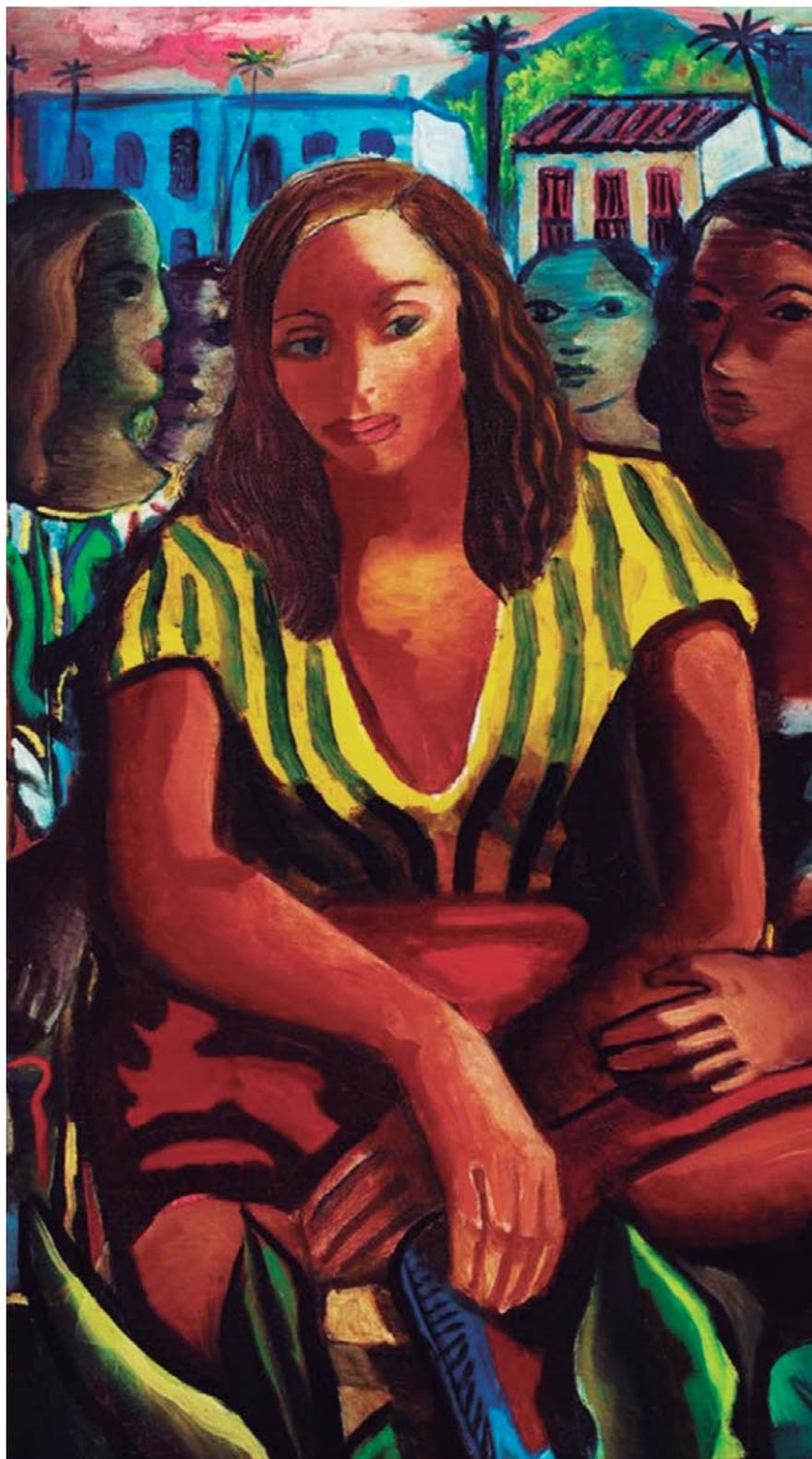
*Vive dentro de mim
A lavadeira do rio vermelho,
Seu cheiro gostoso
D'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
Pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
A mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Tajpa de lenha.
Cozinha antiga
Toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal*

*Vive dentro de mim
A mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
Desabusada, sem preconceitos,
De casca-grossa,
De chinelinha,
E filharada.*

Vive dentro de mim
 A mulher roceira,
 - Exerto da terra,
 Meio casmurra,
 Trabalhadeira,
 Madrugadeira,
 Analfabeta,
 De pé no chão,
 Bem parideira,
 Bem criadeira,
 Seus doze filhos,
 Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
 A mulher da vida,
 Minha irmãzinha...
 Tão desprezada,
 Tão murmurada...
 Fingindo alegre seu
 Triste fado.
 Todas as vidas dentro de mim:
 Na minha vida -
 A vida mera das obscuras.



“Mulheres”, Di Cavalcante (1940)



O Curso de Formação de Multiplicadores em Gênero, Educação e Desenvolvimento deu origem à produção desta cartilha tendo sido financiado por meio do Edital 04/2012-PROEX/IFRN. Essa capacitação foi de fundamental importância para ampliar a atuação do IFRN em programas e projetos na temática de gênero, fortalecendo, portanto, as políticas de inclusão social e promoção da cidadania das mulheres no estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, o IFRN cumpre sua função social através da disseminação de conhecimentos produzido no âmbito da instituição e, ao mesmo tempo, reafirma a sua missão de transformação da realidade em que está inserida, com a capacitação de novos agentes nessas temáticas, para que assim, as mulheres possam ter acesso aos seus direitos por meio das políticas destinadas a esse segmento.

